ISSN: 2358-8829

ARTE, LITERATURA E EDUCAÇÃO EM ESPAÇOS NÃO ESCOLARES: RELATO DE EXPERIÊNCIAS SOBRE MENARCA, CORPO E DIREITOS COM ADOLESCENTES

Liv da Silva Monteiro [1]

INTRODUÇÃO

A menarca, compreendida como a primeira menstruação, constitui um acontecimento corporal que pode assumir diferentes significados conforme as experiências individuais, as relações familiares, as condições materiais de vida e os contextos socioculturais em que meninas e adolescentes estão inseridas. Embora seja um processo fisiológico, sua vivência não se limita à dimensão biológica: envolve acesso à informação, condições de higiene, relações de gênero, expectativas sociais, crenças, afetos e possibilidades de conversar sobre o corpo sem vergonha ou constrangimento. Por isso, abordar a menarca em ações educativas requer reconhecer tanto os conhecimentos relacionados à saúde quanto os sentidos culturais e subjetivos que atravessam a experiência menstrual.

No estudo de Brêtas et al. (2012), as narrativas de adolescentes sobre a menarca foram organizadas em categorias que incluíram fertilidade, repercussões, tabu, medo e desinformação. Esses achados reforçam a importância de práticas educativas que não reduzam a menstruação a uma explicação exclusivamente anatômica, mas considerem a experiência concreta das adolescentes e as condições sociais que influenciam a forma como interpretam as mudanças corporais.

A dignidade menstrual, por sua vez, envolve mais do que a disponibilidade de absorventes. Pressupõe acesso a água, saneamento, instalações adequadas, produtos de higiene, informação confiável, privacidade e ambientes livres de discriminação. UNICEF e UNFPA (2021) chamam atenção para as desigualdades que afetam meninas e mulheres

[1] Graduada pelo curso de Ciências Biológicas da Faculdade Frassinetti do Recife – FAFIRE; Mestre pelo curso de Saúde Humana e Meio Ambiente da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE; Pós - Graduanda do Curso de Educação Infantil:Infância, Linguagens e Ludicidade da Faculdade Líbano - MG, livsmonteiro@gmail.com;

no Brasil, evidenciando que a pobreza menstrual está associada a condições materiais e à falta de informação. Em 2026, o UNICEF voltou a destacar a necessidade de articular produtos, infraestrutura, informação de qualidade e transformação dos estigmas culturais (UNICEF, 2026). Assim, a educação menstrual deve ser entendida como parte de uma agenda mais ampla de saúde, direitos, equidade de gênero e participação social.

Nesse debate, a educação em espaços não escolares apresenta contribuições relevantes. Museus, centros culturais, associações comunitárias, coletivos, territórios indígenas e outros espaços de convivência podem constituir ambientes de aprendizagem nos quais conhecimentos científicos dialogam com memórias, oralidades, expressões artísticas e saberes comunitários. Brandão (2007) contribui para compreender a educação como prática que se realiza em diferentes espaços da vida social, enquanto Freire (1996) destaca o diálogo, a autonomia e o reconhecimento dos sujeitos como princípios de uma prática educativa emancipadora. Nessa perspectiva, educar não significa apenas transmitir informações, mas criar condições para que as pessoas leiam criticamente o mundo e participem da produção de conhecimentos.

A arte pode atuar como mediadora desse processo. Histórias, canções, imagens, jogos, movimentos corporais e performances abrem caminhos diversos para aproximar assuntos considerados íntimos ou difíceis de verbalizar. A linguagem artística não deve ser tratada como ornamento ou recurso meramente recreativo: quando articulada a objetivos pedagógicos, pode favorecer a expressão, a imaginação, a elaboração simbólica e a construção compartilhada de sentidos. A perspectiva de hooks (2013), ao defender uma educação comprometida com a participação e a transgressão de relações hierárquicas, permite pensar práticas em que as participantes não sejam apenas destinatárias de mensagens, mas interlocutoras capazes de questionar normas e formular interpretações próprias.

É nesse cruzamento entre arte, literatura, educação popular e saúde menstrual que se situam as experiências analisadas neste trabalho. O objetivo geral é sistematizar e discutir as contribuições de quatro projetos culturais para a criação de situações educativas sobre menarca, corpo, autocuidado e direitos com adolescentes e jovens em espaços não escolares e em articulação com escolas e comunidades tradicionais. Especificamente, busca-se: a) descrever as linguagens artísticas e estratégias participativas mobilizadas; b) analisar os principais eixos de aprendizagem e participação identificados nos registros das ações; e c) refletir sobre as possibilidades e os limites

dessas experiências para o fortalecimento de práticas educativas inclusivas e culturalmente contextualizadas.

O trabalho justifica-se pela necessidade de ampliar espaços de diálogo sobre menstruação e puberdade para além de abordagens estritamente biomédicas, reconhecendo que o acesso à informação, o enfrentamento do estigma e a garantia de direitos dependem também de vínculos, escuta e condições concretas de participação. A relevância está, ainda, na possibilidade de documentar experiências culturais territorializadas, oferecendo subsídios para educadores, agentes culturais, profissionais da saúde e organizações comunitárias que desejem construir ações intersetoriais.

Trata-se de um relato de experiência de caráter descritivo e reflexivo, elaborado a partir da sistematização de ações realizadas entre 2024 e 2026. Foram considerados registros da equipe, observação participante e narrativas compartilhadas durante as atividades e nas interlocuções com instituições parceiras. Os resultados são discutidos em quatro eixos analíticos: protagonismo e participação juvenil; arte e literatura como mediações pedagógicas; escuta, cuidado e direitos; e território, memória e diversidade cultural. Como síntese, argumenta-se que a combinação de linguagens artísticas e metodologias participativas cria condições favoráveis ao diálogo sobre temas sensíveis, embora a continuidade e a avaliação sistemática das aprendizagens sejam necessárias para verificar efeitos de longo prazo.

METODOLOGIA

Este trabalho caracteriza-se como um relato de experiência, de abordagem qualitativa, construído a partir da sistematização e da reflexão crítica sobre as práticas educativo-culturais desenvolvidas nos projetos *Mostra Cultural: Contos e Cantos de Menarca* (Lei Paulo Gustavo – Olinda, 2024), *Contos e Cantos de Menarca* (Funcultura, 2025), *Rodopiando Entre Luas* (Política Nacional Aldir Blanc – PNAB/Olinda, 2026) e *Mostra Literária Tremembé de Almofala: Autocuidado na Saúde de Jovens, Meninas e Mulheres Tremembé* (PNAB/CE, 2026). As iniciativas envolveram mais de 400 adolescentes e jovens de escolas públicas e comunidades tradicionais de Pernambuco, Alagoas, Paraíba e Ceará, tendo como eixo comum a articulação entre arte, literatura, educação popular, saúde menstrual e direitos das meninas.

ISSN: 2358-8829

A escolha metodológica fundamentou-se na compreensão de que a educação sobre a menarca e a saúde menstrual requer abordagens que ultrapassem a transmissão de informações exclusivamente técnicas ou biomédicas. A utilização da narrativa, da oralidade, da ludicidade e de diferentes linguagens artísticas buscou aproximar os temas trabalhados das experiências cotidianas das participantes, criando possibilidades de diálogo sobre questões que, frequentemente, são atravessadas por constrangimentos, silenciamentos e tabus sociais.

A contação de histórias, articulada a recursos lúdico-pedagógicos, constituiu uma das principais estratégias de mediação educativa. Por meio das narrativas, foram abordadas as transformações corporais relacionadas à puberdade e à menarca, além das suas dimensões afetivas, sociais e culturais. As histórias possibilitaram introduzir conversas sobre medo, vergonha, curiosidade, descobertas, vínculos familiares, amizade, autocuidado e autonomia, favorecendo a aproximação com os temas.



Contação de Histórias promovida em Caruaru/PE, no SESC – Projeto *Contos e Cantos de Menarca* (FUNCULTURA,2025)
Foto: Acervo pessoal da autora



Contação de histórias no Projeto *Mostra cultural: Contos e Cantos de Menarca* (LPG, 2024)
Foto: Acervo pessoal da autora

As rodas de conversa constituíram outro eixo metodológico central. A organização das participantes em círculo buscou favorecer a horizontalidade das relações, a escuta ativa e a circulação de perguntas, experiências e conhecimentos. Nesse espaço, as adolescentes foram convidadas a compartilhar dúvidas e percepções, respeitando-se suas diferentes formas de participação e o direito de não verbalizar questões pessoais. A mediação procurou valorizar os saberes trazidos pelas próprias participantes, reconhecendo-as como sujeitos ativos na construção do conhecimento e contribuindo para o enfrentamento de estigmas relacionados à menstruação.



Roda de Conversa promovida em Belo Jardim/PE, no Instituto Conceição Moura – Projeto *Contos e Cantos de Menarca* (FUNCULTURA,2025)
Foto: Vanessa Serena



Roda de Conversa na comunidade indígenas do Povo Tremembé/CE – Projeto *Mostra Literária Tremembé de Almofala*
Foto: Isadora Carvalho

As conversas foram acompanhadas de materiais lúdico-pedagógicos que favoreceram a interação direta com os conteúdos trabalhados. Entre os recursos utilizados, destacam-se modelos de útero e de órgãos do sistema genital feminino confeccionados em feltro, produtos de higiene menstrual — como absorventes de pano e descartáveis, coletores menstruais e calcinhas absorventes —, livros e outros objetos educativos. A possibilidade de visualizar, tocar, manusear e comparar esses materiais contribuiu para tornar mais concretas as explicações sobre o corpo, os cuidados menstruais e as alternativas disponíveis para a vivência da menstruação. A utilização desses recursos também permitiu articular conhecimentos sobre saúde, escolhas individuais, condições de acesso aos produtos e dignidade menstrual.



Roda de Conversa promovida em Belo Jardim/PE, no Instituto Conceição Moura – Projeto *Contos e Cantos de Menarca* (FUNCULTURA,2025). Foto: Vanessa Serena



Projeto *Rodopiando entre* Luas Atividade de movimento corporal (PNAB, 2026). Foto: Malu Monteiro

A dinâmica educativa adotada aproxima-se de experiências contemporâneas de promoção da dignidade menstrual. Gomes et al (2026), ao relatarem uma ação desenvolvida em uma comunidade em situação de vulnerabilidade, destacam a contribuição do diálogo, da escuta ativa e do esclarecimento de dúvidas para a conscientização sobre a saúde da mulher. Embora realizadas em contextos distintos, as experiências convergem ao reconhecer que a educação menstrual se fortalece quando considera as necessidades, as perguntas e os conhecimentos das pessoas envolvidas. Nos projetos aqui analisados, esse princípio orientou a mediação das atividades, buscando

estabelecer relações entre informações sobre saúde, experiências cotidianas e contextos socioculturais das participantes.

A sistematização das experiências foi realizada a partir da observação participante, dos registros produzidos pela equipe, das narrativas e manifestações compartilhadas durante as atividades e nas interlocuções com as instituições parceiras. A análise qualitativa desses materiais foi organizada em quatro eixos: protagonismo e participação juvenil; arte e literatura como mediação pedagógica; diálogo, escuta e construção de conhecimentos sobre saúde menstrual; e valorização dos contextos culturais e territoriais. Esses eixos orientaram a interpretação das experiências e a discussão de suas contribuições para práticas educativas participativas em espaços não escolares e em articulação com escolas e comunidades tradicionais.

No que se refere aos aspectos éticos, foram considerados o respeito à privacidade, a não exposição de relatos pessoais e o cuidado com a utilização dos registros visuais das atividades. As fotografias selecionadas para compor este trabalho tiveram sua utilização condicionada ao consentimento dos responsáveis legais pelas participantes menores de idade, conforme informado pela equipe dos projetos.

Por se tratar de um relato de experiência fundamentado na sistematização de ações educativo-culturais, os resultados são discutidos a partir dos registros e das observações disponíveis, sem pretensão de estabelecer generalizações estatísticas ou relações causais. A abordagem permite refletir sobre as possibilidades pedagógicas das estratégias utilizadas, reconhecendo, como limite, a necessidade de instrumentos sistemáticos de avaliação e de acompanhamento que possibilitem aprofundar a análise das aprendizagens e de seus desdobramentos ao longo do tempo.

REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 Educação em espaços não escolares e Educação Popular

A educação não se restringe ao espaço escolar ou à organização formal do currículo. Ela ocorre em práticas culturais, relações comunitárias, movimentos sociais, instituições de memória e experiências cotidianas nas quais pessoas compartilham conhecimentos e constroem formas de compreender a realidade. Brandão (2007) destaca a amplitude social da educação e ajuda a deslocar a ideia de que ensinar e aprender são atividades exclusivas

de instituições escolares. Essa compreensão é especialmente pertinente a projetos que se realizam em centros culturais, coletivos, espaços comunitários e territórios tradicionais.

A Educação Popular oferece princípios para orientar tais experiências: diálogo, participação, valorização dos conhecimentos produzidos na vida cotidiana e compromisso com a transformação das condições de desigualdade. Em Freire (1987), a crítica à educação bancária enfatiza os limites de práticas que tratam os sujeitos como recipientes passivos de conteúdos. Em Pedagogia da autonomia, Freire (1996) reforça que ensinar exige respeito aos saberes dos educandos, abertura ao diálogo, rigor e reconhecimento da autonomia. Aplicados à educação menstrual, esses princípios convidam a partir das dúvidas e experiências das adolescentes, em vez de presumir que todas compartilham o mesmo repertório ou as mesmas condições de vida.

3.2 Arte e literatura como estratégias de mediações pedagógicas

A arte mobiliza dimensões cognitivas, sensíveis, corporais e relacionais da aprendizagem. A contação de histórias pode oferecer personagens, imagens e situações ficcionais por meio das quais questões difíceis são abordadas sem exigir exposição direta de quem participa. A música, a dança e as artes visuais, por sua vez, ampliam as possibilidades de expressão para além da fala, reconhecendo diferentes repertórios e modos de participação.

A abordagem de hooks (2013) contribui para pensar uma educação engajada, em que a experiência dos sujeitos, a participação e a crítica às hierarquias são partes constitutivas do processo. Em ações sobre corpo e gênero, essa perspectiva implica questionar mensagens sociais que associam a menstruação à impureza, ao segredo ou à incapacidade, sem impor às participantes uma interpretação única de suas experiências.

O caráter lúdico também precisa ser compreendido com cuidado. Brincar, dramatizar, desenhar ou compor narrativas não significa infantilizar adolescentes, tampouco trivializar questões de saúde e direitos. A escolha das linguagens deve considerar faixa etária, contexto, acessibilidade, repertórios culturais e objetivos.

3.3 Menarca, saúde menstrual e direitos

A menarca é vivida em contextos atravessados por expectativas de gênero, acesso desigual à informação e diferentes modos de compreender o amadurecimento corporal. O estudo de Brêtas et al. (2012) chama atenção para a presença de medo, tabu e desinformação nas narrativas de adolescentes, indicando que a experiência menstrual é também social e cultural. A educação menstrual precisa, portanto, oferecer informações

adequadas à idade e à realidade das participantes, acolher dúvidas e favorecer a identificação de situações em que se deve procurar orientação de profissionais de saúde.

A revisão sistemática de Evans et al. (2022), dedicada a intervenções educativas sobre saúde menstrual para adolescentes jovens, identificou resultados favoráveis em conhecimentos e atitudes em diferentes estudos, destacando o valor de abordagens interativas e da discussão participativa. Os autores também apontam heterogeneidade entre intervenções e limitações na qualidade das evidências. Essa ressalva é importante: não basta realizar uma atividade isolada para afirmar que houve transformação ampla ou duradoura. É necessário considerar continuidade, contexto, formação de mediadores, condições materiais e formas adequadas de avaliação.

A dignidade menstrual articula conhecimento, produtos, infraestrutura e condições sociais. A ausência de banheiro adequado, água, privacidade ou itens de higiene pode restringir a participação escolar e comunitária. Além disso, o silêncio e o estigma podem dificultar que meninas solicitem ajuda, esclareçam dúvidas ou expressem desconfortos. UNICEF e UNFPA (2021) evidenciam a dimensão social da pobreza menstrual no Brasil, enquanto o UNICEF (2026) reforça que o enfrentamento exige medidas integradas.

3.4 Gênero, território e diversidade cultural

As experiências menstruais não são homogêneas. Idade, raça, classe, território, deficiência, pertencimento étnico, religião e acesso a serviços influenciam a circulação de informações e as possibilidades de cuidado. Uma ação realizada em escola urbana não pode ser automaticamente reproduzida em uma comunidade tradicional sem escuta e negociação com os sujeitos locais. A contextualização cultural não significa romantizar saberes comunitários ou dispensar informações científicas; significa criar diálogo respeitoso entre diferentes formas de conhecimento, evitando hierarquias que desqualifiquem as experiências locais.

No trabalho com adolescentes, as relações de gênero precisam ser abordadas como construções sociais que organizam expectativas, responsabilidades e possibilidades de participação. Falar de menstruação pode abrir conversas sobre respeito, privacidade, consentimento, divisão do cuidado e prevenção às violências. Essas conversas devem ser conduzidas sem constranger participantes nem transformar relatos pessoais em exemplos públicos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A sistematização das quatro iniciativas permitiu reconhecer convergências metodológicas e temáticas, embora cada projeto tenha sido desenvolvido em condições territoriais e institucionais específicas. Em vez de apresentar os resultados como efeitos mensurados por instrumentos padronizados, esta seção organiza os achados qualitativos disponíveis em quatro categorias analíticas. O quadro a seguir sintetiza a relação entre as experiências, as linguagens mobilizadas e os principais focos de análise.

Iniciativa	Contexto e linguagens	Foco de análise
Mostra Cultural: Contos e Cantos de Menarca (Olinda/PE, 2024; LPG)	Ação cultural com literatura, oralidade e expressões artísticas.	Aproximação do tema da menarca por narrativas e mediação cultural.
Contos e Cantos de Menarca (Funcultura, 2025)	Circulação por espaços de Pernambuco, Alagoas e Paraíba; contação de histórias, música, oficinas e interação.	Diálogo com diferentes públicos e contextos institucionais.
Rodopiando Entre Luas (Olinda/PE, 2026; PNAB)	Práticas lúdicas e artísticas, rodas de conversa e expressão corporal.	Autocuidado, participação e criação de espaço acolhedor.
Mostra Literária Tremembé de Almofala (Almofala/CE, 2026; PNAB)	Atividade em território indígena, com foco em oralidade, literatura e saúde de jovens, meninas e mulheres.	Contextualização territorial e diálogo com saberes comunitários.

4.1 Protagonismo e participação juvenil

O primeiro eixo de análise diz respeito à criação de situações em que adolescentes e jovens puderam participar de atividades culturais relacionadas a temas que frequentemente aparecem cercados de silêncio. O conjunto das ações alcançou mais de 400 participantes, segundo o levantamento geral informado para os projetos.

A diversidade de linguagens ampliou as formas possíveis de envolvimento. Enquanto algumas participantes poderiam preferir formular perguntas ou compartilhar comentários, outras poderiam se aproximar do tema por meio da escuta de uma história, de uma canção, de um movimento corporal ou de uma produção visual. Essa multiplicidade é coerente com uma concepção de educação que reconhece diferentes repertórios e não restringe a participação à exposição oral diante do grupo.

A participação, contudo, precisa ser entendida como processo e não como atributo automático de qualquer oficina artística. Para favorecer o protagonismo, a mediação deve evitar perguntas invasivas, exposição de experiências íntimas e pressupostos sobre quem menstrua ou sobre como cada pessoa se sente em relação ao próprio corpo. A possibilidade de não responder, observar ou participar de maneira indireta também

compõe um ambiente seguro. Essa atenção é especialmente relevante quando se trabalha com menores de idade e com temas relacionados à saúde, gênero e violência.

4.2 A arte e literatura como mediações pedagógicas

A segunda categoria evidencia o potencial das linguagens artísticas para aproximar o tema da menarca da experiência cotidiana. A narrativa permite construir uma distância simbólica entre a história contada e a vivência pessoal. A música, a dança e as artes visuais, por sua vez, oferecem recursos para trabalhar corpo, expressão e pertencimento de forma não exclusivamente verbal.

Essa mediação não elimina a necessidade de precisão conceitual. Informações sobre ciclo menstrual, higiene, sinais que exigem atendimento e acesso a serviços devem ser corretas, compreensíveis e adequadas à idade. A arte funciona como porta de entrada e como forma de elaboração, mas não substitui profissionais de saúde nem protocolos de proteção quando há situações de risco.

A revisão de Evans et al. (2022) oferece diálogo relevante: os estudos analisados indicam resultados positivos de intervenções educativas para conhecimentos sobre saúde menstrual e sugerem que estratégias interativas podem favorecer o diálogo. Ao mesmo tempo, os autores destacam diferenças entre desenhos e métodos de avaliação.

4.3 Escuta, cuidado e direitos

A terceira categoria refere-se à possibilidade de construir ambientes de escuta em que a menstruação seja tratada como parte da vida e da saúde, e não como motivo de vergonha. O próprio formato das rodas de conversa pode favorecer a circulação de perguntas e a percepção de que dúvidas sobre o corpo são legítimas.

As discussões sobre autoestima, relações de gênero, prevenção às violências e direitos ampliam o escopo da educação menstrual. A dignidade menstrual não pode ser reduzida à distribuição de produtos: requer condições de higiene, privacidade, acesso à informação e enfrentamento de práticas discriminatórias. Nesse sentido, os projetos contribuem ao inserir o tema em experiências culturais coletivas, nas quais corpo, linguagem, direitos e convivência podem ser tratados de maneira integrada.

É necessário, entretanto, não interpretar a percepção de um ambiente acolhedor como garantia absoluta de segurança. A segurança é construída por meio de combinados, postura não julgadora da equipe, respeito à confidencialidade, cuidado com registros de imagem e preparação para lidar com revelações de violência ou outras situações sensíveis.

4.4 Território, memória e diversidade cultural

ISSN: 2358-8829

A realização de ações em diferentes estados e em comunidades tradicionais evidencia que a educação menstrual não deve ser organizada como mensagem universal indiferente aos territórios. O projeto realizado em Almofala, no Ceará, destaca a importância de situar o autocuidado no contexto de uma comunidade indígena e de reconhecer a relevância da oralidade, da memória e dos saberes comunitários. A abordagem territorial exige diálogo com as instituições e lideranças locais, respeito às formas próprias de organização e atenção para que a iniciativa não fale em nome da comunidade nem transforme seus conhecimentos em elementos decorativos.

A circulação do projeto *Contos e Cantos de Menarca* por espaços de Pernambuco, Alagoas e Paraíba também coloca em evidência a necessidade de adaptação metodológica. A mesma proposta pode demandar ajustes na duração, na linguagem, nos materiais, no formato de participação e na condução das conversas, conforme as características de cada grupo.

A valorização dos saberes culturais não se opõe ao conhecimento científico. A relação pode ser de diálogo crítico, no qual as experiências e explicações locais sejam escutadas, enquanto informações de saúde são apresentadas com clareza e sem estigmatização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O relato sistematiza quatro iniciativas culturais realizadas entre 2024 e 2026, envolvendo mais de 400 adolescentes e jovens em Pernambuco, Alagoas, Paraíba e Ceará. As ações articularam diferentes linguagens artísticas e práticas lúdicas para abordar menarca, saúde menstrual, autocuidado, autoestima, relações de gênero, prevenção às violências e direitos, destacando o protagonismo juvenil, a mediação artística, a escuta e o cuidado, além da valorização dos saberes territoriais.

A principal contribuição das experiências está na articulação entre arte e educação como possibilidade de abordar temas sensíveis de maneira participativa e culturalmente situada. As linguagens artísticas oferecem múltiplas portas de entrada para o diálogo e podem contribuir para que informações sobre o corpo sejam trabalhadas sem reduzir a adolescência a uma etapa de vulnerabilidade ou a menstruação a um fenômeno exclusivamente biológico. Em diálogo com Freire, Brandão e hooks, as práticas apontam para a importância de reconhecer adolescentes como sujeitos de conhecimento, respeitar

seus repertórios e construir processos educativos que favoreçam autonomia e participação.

Conclui-se que iniciativas culturais em espaços não escolares podem colaborar com a educação menstrual quando combinam informação confiável, participação, escuta ética, respeito à diversidade e articulação com redes de proteção e serviços de saúde. Para que esse potencial se sustente, são necessárias políticas públicas contínuas, condições materiais de dignidade menstrual, formação de educadores e mediadores e diálogo com escolas, famílias, coletivos e comunidades tradicionais.

Propõe-se, portanto, utilizar as experiências como referência para roteiros educativos flexíveis, adaptáveis aos territórios e acompanhados de protocolos de cuidado e avaliação. Embora não substitua políticas de saúde e educação, a arte favorece encontros e diálogos que aproximam os direitos do cotidiano das adolescentes, reafirmando a importância de práticas comprometidas com a dignidade, a autonomia e a justiça social.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O que é educação popular. São Paulo: Brasiliense, 2006.

BRÊTAS, José Roberto da Silva; TADINI, Aline Cássia; FREITAS, Maria José Dias de; GOELLNER, Maila Beatriz. Significado da menarca segundo adolescentes. Acta Paulista de Enfermagem, São Paulo, v. 25, n. 2, p. 249-255, 2012. DOI: https://doi.org/10.1590/S0103-21002012000200015.

EVANS, Rebecca Lane; HARRIS, Bronwyn; ONUEGBU, Chinwe; GRIFFITHS, Frances. Systematic review of educational interventions to improve the menstrual health of young adolescent girls. BMJ Open, v. 12, n. 6, e057204, 2022. DOI: https://doi.org/10.1136/bmjopen-2021-057204.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

HOOKS, bell. Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA (UNICEF). Dignidade menstrual. Brasília, DF: UNICEF Brasil, [s. d.]. Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/dignidade-menstrual. Acesso em: 26 out. 2026.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA (UNICEF). Garantir dignidade menstrual vai além do acesso a absorventes, alerta UNICEF. Brasília, DF, 28 maio 2026. Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/garantir-dignidade-menstrual-vai-alem-do-acesso-absorventes-alerta-unicef. Acesso em: 26 out. 2026.

FUNDO DE POPULAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (UNFPA); FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA (UNICEF). Pobreza menstrual no Brasil: desigualdades e violações de direitos. Brasília, DF: UNFPA; UNICEF, 2021.

GOMES, Adaíde de Sousa et al. Ação comunitária para a promoção da saúde da mulher na atenção primária: prevenção do câncer de colo de útero, mama e IST/HIV/AIDS. Revista Foco, v. 19, n. 1, e11348, 2026. DOI: https://doi.org/10.54751/revistafoco.v19n1-104